



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 15 de maio de 2024

17:30 Horas

ORDEM DO DIA

1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relatores e deliberação sobre consultas a promover;
2. Distribuição de iniciativas europeias e nomeação de relatores;
3. Retoma da discussão, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, do [Projeto de Resolução n.º 6/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – *Pela criação de gabinetes de atendimento à vítima de violência doméstica nos DIAP em todas as comarcas judiciais no território nacional* e discussão, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, do [Projeto de Resolução n.º 24/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta que a remuneração base dos bombeiros profissionais nunca é inferior à remuneração mínima mensal garantida e a existência de um sistema de avaliação específico para estes profissionais;
4. Fixação da redação final, nos termos do disposto no artigo 128.º, n.º 6 do RAR do [Projeto de Resolução n.º 64/XVI/1.ª \(PS\)](#) - *Determina a preparação da codificação da legislação eleitoral*;
5. Distribuição de petições e nomeação de relatores;
6. Anúncio de projetos de voto, discussão e votação, nos termos dos n.os 7, 8 e 10 do artigo 75.º do RAR, dos seguintes Projetos de Voto:
 - a) [Projeto de Voto n.º 27/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - De condenação pelos ataques a imigrantes ocorridos na cidade do Porto;
 - b) [Projeto de Voto n.º 31XVI/1.ª \(PS\)](#) - De condenação aos ataques a imigrantes na cidade do Porto;
 - c) [Projeto de Voto n.º 40/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - De saudação pelo Dia do Advogado.



7. Apreciação e votação dos seguintes requerimentos:

- a) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição do Ministro da Presidência, sobre as medidas preconizadas para resolução dos problemas respeitantes ao funcionamento da Agência para a Integração, Migrações e Asilo;
- b) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição, conjunta com a Comissão de Agricultura e Pescas, do Secretário de Estado da Proteção Civil, acerca da emissão da Diretiva Operacional Nacional do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais de 2024 e das opções que justificam o seu conteúdo;
- c) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD (oralmente, na reunião de 8 de maio), para audição do ex-Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, na sequência de requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição urgente da Ministra da Administração Interna acerca das medidas levadas a cabo pelas forças de segurança com o fim de prevenir a ocorrência de crimes de ódio na sociedade portuguesa, identificar e responsabilizar os seus autores, na sequência de recentes agressões a cidadãos imigrantes, na cidade do Porto;
- d) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição do Presidente do Conselho Diretivo da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA, I. P.) sobre a alegada exigência a migrantes, por parte daquele organismo, de pagamento de uma taxa no valor de cerca de 400€ para concretização do atendimento para obtenção de autorização de residência e apresentado pelo Grupo Parlamentar do Livre, para audição urgente do Presidente do Conselho Diretivo da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA, I. P.) e do Ministro da Presidência, sobre o funcionamento e práticas daquele organismo
- e) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Provedora de Justiça, da Ordem dos Advogados, da Associação “Para Memória Futura – PMF/SEF”, do Observatório de Segurança Interna e da Prof.^a Ana Rita Gil, da Lisbon Public Law (Centro de Investigação em Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) sobre a morosidade da AIMA, I.P. na decisão dos pedidos de autorização/renovação da autorização de residência e reagrupamento familiar;
- f) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Liga de Bombeiros Portugueses sobre as expetativas e dificuldades das associações humanitárias de bombeiros voluntários com o início da época de fogos.

8. Apreciação do pedido de pronúncia da Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação acerca da admissibilidade de requerimento;

9. Outros assuntos.